1.1.5. Processo 000095-012/2015
 Requerente: I.C.A.F.; .G.N.A.F.S.
 Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAU; Secretaria Estadual de Saúde - SESPA
 Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
 Assunto: Apurar o tratamento dispensado a criança portadora de autismo, hiperatividade e alergia não especificada.

1.1.6. Processo 000537-450/2015
 Requerente: M.S.; Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100
 Requerido: C.M.
 Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
 Assunto: Apurar denúncia do disque 100 nº 814791

1.1.7. Processo 000156-012/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Raimunda Cristina Evangelista Silva
 Requerido: Secretaria de Estado de Educação
 Origem: 1º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci
 Assunto: Apurar deficiências estruturais e irregularidades na Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental localizada na ilha de Cotijuba

1.1.8. Processo 000077-012/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Raimunda Cristina Evangelista Silva
 Requerido: Prefeitura Municipal de Santarém Novo
 Origem: PJ de Santarém Novo
 Assunto: Apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar de Santarém Novo

1.1.9. Processo 000277-125/2014
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Ministério Público Federal
 Requerido: Coordenadoria de Comunicação Social do Município de Belém
 Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar a contratação de servidores sem concurso público

1.1.10. Processo 000107-151/2014
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido: Tribunal de Contas do Estado do Pará
 Origem: 5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar denúncia de irregularidade em Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2012.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES:

1.2.1. Processo 000245-151/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Miguel Batista da Siqueira Filho
 Requerido: José Carlos Roberto Bezerra
 Origem: 1ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Notícia de fato referente a irregularidades que teriam sido praticadas pelo ex-diretor de suporte a negócios do BASA e causado prejuízo ao erário.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU DO PEDIDO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o MP Estadual tem atribuição para dar regular prosseguimento ao feito administrativamente, em face da natureza jurídica das pessoas envolvidas nas posturas irregularidades, e às d. súmulas do Eg. STF, em vigor: Súmula 556 "é competente a Justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista"; que reforçou os enunciados pelas Súmulas nº 517 "as sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente"; nº 508 "compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S. A."; e nº 251 "responde a Rede Ferroviária Federal S.A. perante o foro comum e não perante o juízo especial da Fazenda Nacional, a menos que a União intervenha na causa", pois, em regra, as causas que envolvem as sociedades de economia mista federais são de competência da justiça estadual e não federal.
 DETERMINOU, portanto, o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, sem a indicação de outro Membro, considerando que a Promotora de Justiça, autora do declínio não mais responde por aquela PJ.

1.2.2. Processo 003607-003/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido: Secretaria de Estado de Saúde Pública; Reginaldo Cordeiro dos Santos
 Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que não houve abertura de PAP ou de IC, mas simples procedimento de Notícia de Fato, devendo os

autos retornar ao PJ de origem para o devido arquivamento. DETERMINOU a retificação do registro do SIAMP quanto a instauração e arquivamento, mantendo o registro desta NF, conforme reiteradas decisões deste Eg. Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.3. Processo 000211-116/2013
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido: Polícia Civil do Estado do Pará
 Origem: 5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao concurso público C-161, para provimento de cargos Delegado e Investigador da Polícia Civil do Estado do Pará
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, por perda do objeto, eis que, conforme se comprova nos autos, o concurso público C-161, objeto desta investigação, foi anulado pela Administração Pública, no exercício do princípio da autotutela.

1.2.4. Processo 000002-150/2014
 Requerente: João Francisco Gouveia
 Requerido: Luiz Gonzaga Rodrigues Malcher
 Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que se concluiu que não há ilegalidade na percepção cumulativa dos proventos decorrentes da reserva como militar do Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM) da Polícia Militar do Estado e da aposentadoria como médico-legista do Centro de Perícias Renato Chaves, uma vez que tal cumulação encontra amparo constitucional. Tal conclusão se explica pelo fato de o investigado, ao tomar posse no cargo de médico-legista no Centro de Perícias Renato Chaves, em 13/09/1991, já se encontrava na reserva no momento da posse, isso em conformidade com o art. 142, §3º, inciso II, da CF/88. Logo, em que pese tratar-se de profissional da saúde que atuou nos âmbitos militar e civil, não haveria óbice algum para que fosse aposentado no cargo de médico-legista do Centro de Perícia Renato Chaves e nem ao recebimento cumulativo dos proventos decorrentes dos dois cargos, por serem cumuláveis na atividade, consoante permite a Constituição Federal em vigor.

1.2.5. Processo 000033-151/2014
 Requerente: Anônimo
 Requerido: Defensoria Pública do Estado do Pará
 Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, devolvendo-se os autos para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, por se tratar de apuração feita em procedimento de Notícia de Fato, não resultando em outros procedimentos que desaguassem em ajuizamento de ação própria. DETERMINOU a retificação do registro do presente feito no SIAMP, mantendo-se, todavia, o registro de Notícia de Fato para os fins legais.

1.2.6. Processo 000105-151/2014
 Requerente: Anônimo
 Requerido: Universidade do Estado do Pará
 Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
 Assunto: Apurar irregularidade no pagamento de diárias para professores que ministram aulas no interior do Estado.
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, devolvendo-se os autos para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, por se tratar de Notícia de Fato. DETERMINOU a retificação do registro do presente feito no SIAMP, de instauração e arquivamento do procedimento administrativo em debate, mantendo-se o registro de Notícia de Fato.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:
 Os itens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3 foram julgados em bloco:

1.3.1. Processo 000275-125/2014
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Ministério Público do Trabalho
 Requerido: Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Urbanismo
 Origem: 4ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital
 Assunto: Apurar a contratação de servidores sem concurso público

1.3.2. Processo 000279-125/2014
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Ministério Público do Trabalho
 Requerido: Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Origem: 4ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar a contratação de servidores sem concurso público

1.3.3. Processo 000280-125/2014
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará;
 Ministério Público do Trabalho

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Finanças

Origem: 4ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar a contratação de servidores sem concurso público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento dos feitos referentes aos itens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3, nos termos do voto da Conselheira Relatora, devolvendo-se os autos para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, por se tratar de Notícia de Fato, eis que o caso deveria ter sido autuado primeiramente como notícia de fato e, caso houvesse a necessidade de maiores investigações, seria então instaurado o Inquérito Civil. Sendo assim, em que pese haver portaria de instauração de inquérito civil, verificou-se que se trata de notícia de fato, a qual foi esclarecida rapidamente e com apenas uma diligência (expedição de ofício à SEURB).

Registrou-se a abstenção da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

1.3.4. Processo 000225-116/2013
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Sr. Ederson Borges

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Saúde

Origem: 2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar irregularidades decorrentes de greve no Pronto Socorro Municipal

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que o objeto do presente procedimento foi a mediação e solução de greve deflagrada por servidores municipais de saúde, a qual foi plenamente solucionada após intervenção realizada pelo Ministério Público, alcançando, portanto, o presente procedimento, sua finalidade precípua, não restando medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas no caso.

1.3.5. Processo 001454-116/2013
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Sr. Ederson Borges

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém
 Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar irregularidades da concessão de lotes no cemitério da Marambaia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, tendo em vista que, após a devida apuração dos fatos não restou indícios de irregularidades ou ilegalidades perpetradas no âmbito da SEURB e as providências quanto à devolução dos valores foram realizadas no âmbito da Defensoria Pública Estadual.

1.3.6. Processo 000060-001/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido: Prefeitura Municipal de Santarém

Origem: 9ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Santarém

Assunto: Apurar denúncia de improbidade administrativa
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que ficou constatado que a empresa PONTE IRMÃO & CIA LTDA contratou os serviços do Sr. Magno Euzébio na condição de trabalhador autônomo e, por considerá-lo um prestador de serviço exigia a Nota Fiscal Avulsa para fins de tributação de ISS sobre os respectivos serviços.

1.3.7. Processo 000087-001/2015
 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; M.B.P.
 Requerido: Policiais Militares J. e T.

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar denúncia de infração a direitos de adolescente
 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que restou caracterizado tratar-se de matéria de natureza eminentemente criminal, fazendo incidir o que preceitua a Súmula 002/1998 do CSMP, a qual refere "que não é atribuição do Conselho homologar promoção de arquivamento pelo Promotor de Justiça, em matéria de natureza criminal."

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA:

1.4.1. Processo: 000263-151/2014